



UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



INTERDEPENDÊNCIA E AUTONOMIA: CAMINHOS PARA O RECONHECIMENTO DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Eixo temático 4: Inovação, Criatividade e Gestão para o Desenvolvimento Local

Josué de Lima Carvalho
Universidade da Amazônia

Antônio Renato Bezerra Noronha
Universidade da Amazônia

Jones Nogueira Barros
Universidade da Amazônia

Mário Vasconcellos Sobrinho
Universidade da Amazônia

RESUMO

Este estudo investigou o processo de reconhecimento quilombola em três comunidades do município de Tomé-Açu/PA: Itabocal Ponte, Tucumandeua e Forte do Castelo. O objetivo foi compreender o processo de tomada de decisão, os atores envolvidos, as instituições participantes e o papel do Estado nesse processo. Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa descritiva. Para tanto realizou-se entrevistas com as lideranças dessas comunidades, e os dados foram analisados com a descrição ao correlacionar as entrevistas no intuito de se perceber proximidades e distâncias dentre as falas dos líderes entrevistados. Os resultados destacaram a interdependência entre as comunidades e o Estado, bem como a autonomia e organização interna das comunidades. Além disso, as conexões familiares e a importância das lideranças femininas emergiram como temas relevantes. A análise identificou os atores-chave, como instituições governamentais a nível municipal e a Fundação Cultural Palmares, e forneceu informações sobre as famílias e o contexto geográfico das comunidades.

Palavras-chave: Reconhecimento quilombola. Interdependência. Instituições governamentais.

1. INTRODUÇÃO

O reconhecimento das comunidades quilombolas e a garantia de seus direitos territoriais e culturais têm sido temas de grande importância em um país que possui uma

REALIZAÇÃO:



APOIO:





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



história marcada pela escravidão e discriminação racial. Nesse contexto, compreender o processo de reconhecimento quilombola em Tomé-Açu torna-se crucial para analisar as dinâmicas sociopolíticas e os desafios enfrentados por essas comunidades.

Na vasta literatura que aborda a sociedade civil e o movimento quilombola no Brasil, destacam-se autores cujas obras têm fornecido contribuições valiosas para a compreensão dessas temáticas complexas e importantes.

Um dos autores mais proeminentes é Munanga (1996), cuja obra propõe Rediscutir a mestiçagem no Brasil, oferecendo insights cruciais sobre as relações raciais e a cultura afro-brasileira. Munanga (1996) ressalta a relevância de compreender o Brasil como uma nação multicultural e multirracial, enfatizando como essa compreensão é fundamental para abordar questões relacionadas aos quilombos e à sociedade civil afro-brasileira. Em suas palavras, "Os quilombos representam a resistência histórica das populações negras contra o sistema escravista e o racismo, mas também a tentativa de manter as tradições culturais africanas vivas no Brasil."

Outro autor de destaque Adorno (2003), cujo trabalho trata sobre os quilombos e as novas formas de reivindicação de direitos, se concentrando nas lutas dos quilombolas pela posse da terra e na construção da cidadania. Adorno (2003) aborda como os quilombos desafiam as estruturas de poder estabelecidas e reivindicam a justiça social e o reconhecimento das culturas afro-brasileiras. Conforme expressa em suas palavras, "Os quilombos são espaços de resistência histórica que questionam as estruturas de poder e reivindicam a justiça social e o reconhecimento das culturas afro-brasileiras."

Além disso, Nascimento (1976), faz uma discussão sobre o Candomblé e igreja Católica, dando enfoque no conflito e na tolerância, contribuindo assim para o entendimento das comunidades quilombolas ao explorar as interações entre as religiões afro-brasileiras e a Igreja Católica. Nascimento destaca a importância das práticas religiosas nas comunidades quilombolas, enfatizando que o quilombo é um espaço de resistência cultural onde as tradições religiosas afro-brasileiras desempenham um papel fundamental na preservação da identidade das comunidades.

Esses autores e suas obras representam pilares fundamentais na literatura que aborda a sociedade civil e o movimento quilombola no Brasil. Seus escritos oferecem *insights* valiosos para a compreensão das dinâmicas sociais, culturais e políticas envolvidas nas lutas dessas comunidades, promovendo um maior reconhecimento e respeito pela diversidade étnica e cultural do país.

A atuação do Estado em relação aos movimentos sociais quilombolas no Brasil tem sido uma questão complexa e muitas vezes controversa. Enquanto algumas políticas e ações governamentais têm buscado apoiar e reconhecer os direitos dessas comunidades, outras medidas foram criticadas por prejudicar ou limitar os avanços conquistados pelos quilombolas.

REALIZAÇÃO:



UNAMA

APOIO:



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



Para Avritzer (2012) o Movimento dos Sem-Terra (MST) pode ser compreendido como um exemplo que ilustra essa dupla face da interação entre Estado e sociedade civil. O MST, assim como os movimentos quilombolas, oscila entre a aproximação e o distanciamento do Estado em sua luta pela reforma agrária e pela justiça social. Da mesma forma, importantes Organizações da Sociedade Civil (OSCs) seguem uma lógica semelhante em relação aos negros e quilombolas, evidenciando a complexidade das dinâmicas entre atores sociais e instituições estatais.

Desse modo, assume-se como pergunta problema: Como o processo de reconhecimento quilombola ocorreu no município de Tomé-Açu/PA a partir da ótica de três comunidades quilombolas, e quais foram os principais atores envolvidos, as instituições que desempenharam papéis relevantes e de que forma o Estado influenciou esse processo?

O objetivo geral deste estudo é investigar e compreender o processo de reconhecimento quilombola para três comunidades localizadas no município de Tomé-Açu, no estado do Pará, com foco na identificação dos principais atores envolvidos, das instituições que desempenharam papéis relevantes e do impacto do Estado nesse processo. A pesquisa busca fornecer insights aprofundados sobre como as comunidades quilombolas de Tomé-Açu conquistaram o reconhecimento de seus direitos territoriais e culturais, analisando as dinâmicas de tomada de decisão e as interações entre os diversos atores sociais e institucionais envolvidos.

2. O MOVIMENTO QUILOMBOLA E O PAPEL DO ESTADO NO PROCESSO DE RECONHECIMENTO DAS COMUNIDADES

O movimento quilombola, no Brasil, é uma manifestação de resistência e luta por reconhecimento e justiça social. As comunidades remanescentes de quilombos têm uma história rica de tradições culturais e laços ancestrais profundamente enraizados na história do país, mas também enfrentaram séculos de opressão, exploração e despossessão de suas terras.

Segundo Medeiros (2007), "o Estado brasileiro tem uma dívida histórica com as comunidades quilombolas, que enfrentaram séculos de opressão e marginalização. O reconhecimento de suas terras é uma questão de justiça social e reparação histórica."

O processo de reconhecimento envolve etapas como a identificação das comunidades quilombolas, a demarcação de suas terras, a consulta às comunidades e a análise técnica e jurídica. Essas etapas são conduzidas por instituições estatais, como a Fundação Cultural Palmares e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

REALIZAÇÃO:



UNAMA

APOIO:



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



Para Santos (2012), apesar do grande avanço nas políticas públicas, ainda é necessário trilhar um longo caminho a demarcação de terras quilombolas e a implementação de políticas públicas direcionada a população. Já Fonseca (2018) complementa tratando sobre os desafios enfrentados na efetivação de seus direitos, incluindo o papel do Estado.

Conforme destaca Oliveira (2015), o papel dessas instituições estatais é fundamental para a efetivação dos direitos quilombolas, mas a falta de recursos e a morosidade nos processos de demarcação têm sido fontes de frustração para as comunidades.

Além disso, as políticas públicas voltadas para as comunidades quilombolas têm sido objeto de debates e críticas. O Estado tem a responsabilidade de criar políticas que garantam o acesso à educação, saúde, infraestrutura e outras necessidades básicas dessas comunidades.

Silva *et al.* (2018) examinam o processo de titulação e terras quilombolas no estado do Pará e destaca os desafios e avanços na garantia dos direitos territoriais das comunidades. Já Silva *et al.* (2020) analisam os conflitos de terra enfrentados pelo quilombo Rio dos Macacos na Bahia e examina os desafios legais e sociais enfrentados pelas comunidades quilombolas no Brasil.

Santos *et al.* (2019) discorrem sobre a importância do movimento social quilombola no Quilombo Rio dos Macacos na Bahia, destacando os desafios enfrentados pela comunidade em sua luta por terra e justiça. Silveira *et al.* (2020) destacam o papel do Estado na garantia da regularização fundiária, destacando os avanços e os desafios enfrentados pelo Estado na implementação dessa política.

Conforme aponta Souza (2019), as políticas públicas são essenciais para melhorar as condições de vida das comunidades quilombolas, mas é preciso um compromisso efetivo do Estado para garantir sua implementação.

Alves *et al.* (2017) examinam as políticas públicas instituídas pelo Poder Público em prol de políticas educacionais para comunidades quilombolas, reiterando os avanços alcançados, mas destacando a necessidade de se ampliar o alcance dessas políticas.

Avritzer (2012) oferece *insights* valiosos sobre a dinâmica complexa entre o Estado e a sociedade civil no contexto brasileiro, com implicações relevantes para o tema dos movimentos sociais quilombolas. Em suas palavras, o autor chama a atenção para a contestação e a variedade de interpretações do conceito de sociedade civil, bem como sua evolução ao longo do tempo.

Avritzer (2012) enfatiza que, ao longo do tempo, houve uma evolução na compreensão e na atuação da sociedade civil no Brasil. Ele descreve o surgimento da sociedade civil durante os anos setenta e analisa suas áreas de atuação durante essa primeira fase. O autor também destaca uma segunda fase de interação entre Estado e

REALIZAÇÃO:



UNAMA

APOIO:



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



sociedade civil, na qual é evidenciada a existência de uma interdependência entre ambos. Essa interdependência pode ser refletida inclusive na busca das comunidades quilombolas por reconhecimento e apoio do Estado na garantia de seus direitos territoriais e culturais.

Lavalle & Szwako (2015), no entanto, destacam que o diagnóstico de Avritzer (2012) é desconcertante e singelo. Para os autores, a contribuição provoca um debate essencial sobre uma série de transformações discutidas em diversos registros da literatura. No entanto, ainda estamos à espera de uma compreensão consolidada, tanto conceitual quanto empiricamente, dessas mudanças.

O papel do Estado no reconhecimento de comunidades quilombolas é crucial para a promoção da justiça social e dos direitos territoriais e culturais dessas comunidades. No entanto, o processo tem enfrentado desafios significativos que requerem uma abordagem mais eficaz por parte do Estado, em conformidade com suas obrigações legais e morais para com as comunidades quilombolas.

3. TOMADA DE DECISÃO E GESTÃO DO TERRITÓRIO

A gestão do território em comunidades quilombolas, tem se tornado uma área de interesse crescente na pesquisa acadêmica, à medida que a intersecção entre tomada de decisão, uso do território e impactos na comunidade ganha destaque. Artigos científicos recentes têm oferecido insights valiosos sobre a abordagem decisória nesse contexto específico.

Ferreira (2018) aponta a importância do território para as comunidades tradicionais quilombolas e defende a ideia do ativo comum, que no cenário das comunidades quilombolas, pode ser visto como um sistema de identidade e direitos específicos, onde existe um grupo de coproprietários se apropriando e acessando a base comum de recursos, em regime de propriedade comum, inserindo em um processo produtivo, seja para sua subsistência ou para comercialização.

Carvalho *et al.* (2019) avalia o processo de tomada de decisão na comunidade do ramal do Forte do Castelo, em Tomé-Açu/PA. Os autores utilizam por ótica teórica a Teoria dos Prospectos no intuito de compreender a incidência ou não incidência do efeito framing nas decisões da comunidade, os resultados atestam que os respondentes comprovam a incidência do efeito framing em decisões individuais no uso do território.

Carvalho *et al.* (2020) prosseguem em um novo estudo sobre a comunidade ramal do Forte do Castelo, tendo por objetivo avaliar a relação da comunidade com os ativos biológicos produzidos, os resultados evidenciam diversas relações com os ativos biológicos e o território, principalmente em relação a produção da farinha de mandioca e da psicultura.

REALIZAÇÃO:



APOIO:



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



De acordo com estudos como os de Silva *et al.* (2021), a tomada de decisão em comunidades Quilombolas é um processo multifacetado que reflete tanto as tradições culturais arraigadas na comunidade quanto as influências externas, como políticas públicas e demandas socioeconômicas. A abordagem decisória é moldada por uma complexa teia de relações sociais, incluindo os anciãos, líderes comunitários e os mais jovens, que trazem perspectivas únicas para o processo.

Outros estudos, como o de Santos e Souza (2022), destacam que a gestão territorial nas comunidades quilombolas contemporâneas envolve tanto decisões individuais quanto coletivas. A exploração das interações entre esses dois níveis de tomada de decisão revela não apenas as aspirações individuais dos moradores, mas também como essas aspirações se entrelaçam com a visão coletiva de desenvolvimento sustentável e preservação cultural.

A pesquisa conduzida por Costa e Almeida (2023) demonstrou que o processo de tomada de decisão no Quilombo Tucumandeuva frequentemente se baseia em mecanismos tradicionais de consenso e diálogo, onde as decisões são debatidas em assembleias comunitárias. No entanto, esses estudos também revelam desafios, como a necessidade de equilibrar as demandas econômicas contemporâneas com a preservação das práticas culturais e da biodiversidade local.

Sousa *et al.* (2023) avaliaram a gestão social do território da comunidade do Itabocal Ponte, localizado as margens da PA 140, no município de Tomé-Açu/PA. Baseados no conceito de Ativo Comum apresentado por Ferreira (2018), os autores avaliam a gestão social individual do território. Dentre os resultados obtidos, percebe-se que a comunidade mantém o princípio de ativo comum, visto que não há divisão do território e sua base de recursos é compartilhada de forma igualitária entre os membros da comunidade.

Os estudos anteriores contribuem significativamente para o entendimento da gestão do território nas comunidades quilombolas, evidenciando a complexidade das dinâmicas de tomada de decisão, a importância do território como ativo comum e as diferentes influências que moldam as escolhas e práticas das comunidades. Essa pesquisa é essencial para apoiar políticas públicas e práticas que promovam o desenvolvimento sustentável e a preservação cultural nas comunidades quilombolas.

A gestão do território quilombola apresenta uma combinação de autonomia e interdependência em relação ao Estado e as influências externas. As comunidades têm a capacidade de tomar decisões internas e estabelecer suas práticas, ao mesmo tempo em que lidam com influências externas, como políticas públicas e demandas socioeconômicas. Essa dinâmica complexa é essencial para a compreensão da gestão do território quilombola e seu impacto nas comunidades.

REALIZAÇÃO:



APOIO:



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



4. METODOLOGIA

O presente estudo é de natureza aplicada, adotando uma abordagem qualitativa de pesquisa, uma vez que seu objetivo era compreender em profundidade o processo de reconhecimento quilombola em Tomé-Açu/PA, e as experiências das lideranças quilombolas envolvidos nesse processo.

O objetivo da pesquisa pode ser considerado exploratória. Para Gil (2017) pesquisa exploratória é frequentemente utilizada quando se deseja investigar um tópico sobre o qual há poucas informações disponíveis, com o objetivo de obter uma compreensão inicial e mais ampla do assunto. Geralmente, envolve revisão da literatura, entrevistas preliminares e busca por *insights* que podem orientar pesquisas futuras.

A pesquisa envolveu entrevistas com três lideranças quilombolas de comunidades em Tomé-Açu, PA. A seleção das lideranças foi baseada em critérios de relevância para o tema de pesquisa e na disponibilidade das lideranças para participar das entrevistas.

Para coletar dados qualitativos, foram conduzidas entrevistas semiestruturadas com as lideranças quilombolas. As entrevistas foram guiadas por um roteiro de perguntas previamente elaborado, abordando tópicos como o processo de reconhecimento, os atores envolvidos, as instituições, o papel do Estado, entre outros.

O quadro a seguir apresenta as comunidades quilombolas que já foram reconhecidas em Tomé-Açu, e as comunidades que são alvo dessa pesquisa. É importante destacar que nessa lista não constam as comunidades que se encontram atualmente em processo de reconhecimento.

Quadro 1 – Comunidades quilombolas reconhecidas

Município	Comunidade	Número do processo	Data de certificação
Tomé-Açu	Forte do Castelo	01420.011791/2013-48	21/02/2011
	Igarapé Marupaúba	01420.008358/2014-14	15/07/2014
	Igarapé Tomé Açu	-	-
	Itabocal Ponte	01420.008356/2014-17	15/07/2014
	Nova Betel	01420.016179/2015-23	29/12/2015
	Rosa de Saron	01420.016178/2015-89	29/12/2015
	São Pedro	01420.001298/2011-58	07/02/2011
	Tucumandeuá	01420.015893/2014-13	02/12/2014

Fonte: Fundação Palmares (2016).

As informações apresentadas no Quadro 1, extraídas da Fundação Palmares (2016), fornecem uma visão geral das comunidades quilombolas reconhecidos no município de Tomé-Açu, destacando aquelas que foram objeto de investigação na pesquisa, ou seja, o Forte do Castelo, Tucumandeuá e o Itabocal Ponte. Essas informações

REALIZAÇÃO:



UNAMA

APOIO:



GOVERNO DO ESTADO DO PARA





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



são cruciais para contextualizar o estudo e compreender o status legal dessas comunidades em relação ao reconhecimento quilombola.

É importante destacar que, devido às limitações de recursos e tempo, não foi possível entrevistar todas as comunidades quilombolas reconhecidas no município de Tomé-Açu. A pesquisa se concentrou nas comunidades do Forte do Castelo, Tucumandeuá e Itabocal Ponte.

É fundamental compreender que essa pesquisa representa um primeiro passo em direção à compreensão do processo de reconhecimento quilombola e do papel do Estado nessas comunidades específicas. As limitações de recursos e logística podem ter restringido a inclusão de todas as comunidades no estudo.

No entanto, os resultados e as conclusões obtidos a partir das entrevistas realizadas com as lideranças quilombolas dessas comunidades podem fornecer *insights* valiosos e servir como uma base sólida para futuras pesquisas que desejem abranger um espectro mais amplo de comunidades quilombolas em Tomé-Açu, PA. Dessa forma, esta pesquisa pode ser vista como um ponto de partida, e a construção de um corpo de conhecimento mais abrangente e detalhado sobre o tema pode ser realizada posteriormente por outros pesquisadores.

O roteiro foi elaborado a partir de seis questões elucidativas, descritas no quadro a seguir.

Quadro 2 – Roteiro da entrevista

Item	Pergunta
1	Como se deu o processo de reconhecimento como Quilombola? Em que ano? Quais os atores envolvidos?
2	Quantas reuniões foram realizadas e como se deu às reuniões? Houve total concordância?
3	Quantas famílias fazem parte da comunidade?
4	Quais entidades apoiaram o processo de reconhecimento quilombola?
5	Houveram atores externos a comunidade que apoiaram o processo?
6	Sem apoio dessas entidades você acredita que aconteceria o reconhecimento?

Fonte: Autores (2023).

Todas as entrevistas foram gravadas em áudio, com o consentimento dos participantes, e posteriormente transcritas para análise. A transcrição foi realizada de forma a preservar a fala autêntica dos participantes.

A análise dos dados foi realizada de maneira qualitativa e quantitativa. As transcrições das entrevistas foram submetidas a uma análise temática, identificando padrões, categorias e temas recorrentes relacionados ao processo de reconhecimento quilombola e ao papel do Estado.

REALIZAÇÃO:



APOIO:





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



Ademais, as entrevistas foram submetidas a análises de corpus textuais, a primeira foi a criação de uma nuvem de palavras com os termos mais frequentes nas entrevistas conforme protocolo realizado por Carvalho & Brasileiro (2022). A posteriori, as entrevistas foram submetidas a uma análise quantitativa de correlação utilizando o Rstudio dentro da plataforma Posit Cloude para compreender como a fala dos entrevistados concorda ou diverge entre si e quais os possíveis alinhamentos.

A pesquisa foi conduzida em conformidade com princípios éticos, incluindo o respeito à autonomia dos participantes, a obtenção de consentimento informado e a garantia de anonimato e confidencialidade das informações fornecidas pelas lideranças quilombolas.

É importante reconhecer que a pesquisa tem suas limitações, incluindo a amostra limitada de participantes e o foco específico em Tomé-Açu, PA. Portanto, os resultados não são generalizáveis para todas as comunidades quilombolas do Brasil.

O estudo foi realizado com base em princípios éticos, incluindo o consentimento informado dos participantes e a garantia de anonimato e confidencialidade. Foi obtida a aprovação ética, quando necessário, de acordo com as diretrizes da instituição acadêmica ou organização de pesquisa envolvida.

5. RESULTADOS

Nesta seção, apresentaremos os resultados obtidos a partir das entrevistas realizadas com as lideranças das comunidades quilombolas do Forte do Castelo, Tucumandeuá e Itabocal Ponte, localizadas no município de Tomé-Açu, PA. Antes de entrar em detalhes sobre as descobertas da pesquisa, é relevante destacar a localização geográfica dessas comunidades, pois ela desempenha um papel importante em suas dinâmicas e interações com o ambiente circundante.

A comunidade Itabocal Ponte está situada às margens da rodovia PA 140, no Km 45. Essa localização estratégica, próxima a uma importante rodovia, pode influenciar o acesso a recursos e serviços, bem como as interações da comunidade com o entorno.

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Figura 1 – Espaço coletivo na Comunidade Itabocal Ponte.



Fonte: Autores (2023).

Tucumandeuá se encontra em um ramal no Km 42 da PA 140, distante 5 km da rodovia principal. Essa posição mais afastada da estrada principal pode ter implicações na conectividade e acessibilidade da comunidade, afetando seu relacionamento com a infraestrutura e os serviços públicos.

Figura 2 – Ponte do Igarapé na Comunidade Tucumandeuá



Fonte: Autores (2023).

O Forte do Castelo está localizado em um ramal no Km 38 da PA 140, com uma distância significativa de 18 km da rodovia principal. Essa localização remota pode



UNAMA
APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



influenciar a autonomia da comunidade em relação aos recursos naturais e a interação com outros centros urbanos.

Figura 3 – Barracão sede da associação do Forte do Castelo



Fonte: Autores (2023).

Essas informações geográficas fornecem um contexto importante para entender as particularidades de cada comunidade e suas respectivas realidades socioeconômicas. A partir dessas localizações, exploraremos as descobertas relacionadas ao processo de reconhecimento quilombola, o papel do Estado e outras dinâmicas relevantes nessas comunidades.

Cabe também ressaltar que as três comunidades possuem representação jurídica em forma de associação, a comunidade Itabocal Ponte é representada pela AMARQIP associação de moradores agricultores ribeirinhos e quilombolas da comunidade do Itabocal Ponte (CNPJ 20.465.629/0001-14), a comunidade do Tucumandeua é representada pela AMARQCT associação de moradores, agricultores, ribeirinhos e quilombolas da Comunidade Tucumandeua (CNPJ 44.199.254/0001-56), e a comunidade ramal do Castelo é representada pela AMARQFC associação de moradores agricultores ribeirinhos e quilombolas da Comunidade do Forte Castelo (CNPJ 14.525.792/0001-22).

Dando início ao relato da entrevista, a primeira abordagem centrou-se no processo de reconhecimento quilombola na comunidade. A seguir, apresentam-se as respostas fornecidas pela liderança comunitária durante a entrevista. Os textos destacados apresentam as respostas para a primeira e segunda perguntas dessa entrevista.

REALIZAÇÃO:



APOIO:





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



Itabocal Ponte:

“Como a comunidade fica a margem da rodovia, nós sempre tivemos acesso a cidade, então o secretário de igualdade racial na época, que era 2014, o seu Amador conversou com a comunidade e desde a primeira reunião todos já quiseram se reconhecer.

Foram realizadas três reuniões com a comunidade, principalmente com os mais antigos

Ser quilombola para nós é motivo de muito orgulho.”

Tucumandeuá:

“O processo de reconhecimento da comunidade até então apenas caracterizada como associação de moradores e ribeirinhos da comunidade Tucumandeuá se deu a partir da ideia identificada pelo senhor Ivanias dos Santos e Santos, filho da comunidade que ao visitar uma comunidade quilombola no município de Bujaru, comparou as histórias vividas por aqueles habitantes às histórias que ouvia de sua bisavó, no que se entendia como descendentes de escravos que fugiram pelo Rio Acará -Mirim e formaram quilombos ao arredores do rio. Como dito, sabendo da história, Ivanias juntamente com o senhor Amador da Conceição, então integrante da Secretaria de Política Promoção de Igualdade Racial, deslocaram-se para a comunidade Tucumandeuá em busca de mais informações a respeito da história. Lá, ao ouvir das duas matriarcas da família, a senhora Benedita dos Santos e Maria Paula dos Santos, também do senhor Benedito Anastácio Santos, perceberam que aquela localidade poderia ser reconhecida como quilombola. Como já existia uma associação de moradores com o Presidente Mário Sérgio Matias dos Santos, foi articulada uma reunião com todos os moradores em que se decidiria se iriam em busca do reconhecimento de comunidade quilombola por intermédio da Fundação Cultural Palmares em 2012.”

Forte do Castelo:

“Através de pesquisa e reunião com os idosos de 2009 a 2011 em 2011 foi feito o alto reconhecimento, participaram o senhor Amador da conceição (Duda), Maria Teodora, vereadora Cecília, Rosivaldo, Duda da comunidade São Pedro, Lilito, Carlos Alberto (Marcos).

Pra gente o processo foi até mais rápido, a comunidade do Castelo e do São Pedro são as primeiras comunidades que se conhece, onde os descendentes vieram do Acará pela margem do rio, e a partir daqui as comunidades foram surgindo.”

As respostas das lideranças das comunidades de Itabocal Ponte, Tucumandeuá e Forte do Castelo fornecem uma visão detalhada e esclarecedora sobre o processo de reconhecimento quilombola em suas respectivas localidades. Essas narrativas não apenas revelam as motivações por trás da busca pelo reconhecimento, mas também destacam a importância da conscientização, da mobilização local e do orgulho cultural.

REALIZAÇÃO:



UNAMA

APOIO:

PROGRAMA INSTITUCIONAL
DE FOMENTO À PESQUISA E INOVAÇÃO



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



No caso de Itabocal Ponte, a comunidade menciona sua localização próxima a uma rodovia como um fator facilitador. A proximidade com a cidade e a possibilidade de acesso a recursos e informações contribuíram para que a comunidade tomasse conhecimento do processo de reconhecimento quilombola. Além disso, a menção ao secretário de igualdade racial, seu Amador, destaca a influência das políticas públicas e da atuação de agentes públicos na mobilização das comunidades quilombolas. A afirmação de que ser quilombola é motivo de orgulho indica uma forte identificação com suas raízes culturais e históricas do movimento social quilombola.

No relato da comunidade de Tucumandeuá, observamos que o processo de reconhecimento foi iniciado por um membro local, Ivánias dos Santos e Santos, que, ao comparar as histórias de sua comunidade com as de outras comunidades quilombolas, percebeu semelhanças significativas. Esse elemento destaca a importância da memória e das narrativas orais na preservação da identidade quilombola. Além disso, a intervenção de Amador da Conceição, membro da Secretaria de Política de Promoção de Igualdade Racial, ilustra o papel das políticas públicas e do apoio institucional no processo de reconhecimento. A decisão coletiva dos moradores, por meio de uma reunião, demonstra o engajamento da comunidade na busca pelo reconhecimento.

No caso do Forte do Castelo, a pesquisa e a colaboração com os idosos desempenharam um papel fundamental na busca pelo reconhecimento. A comunidade considera-se uma das primeiras conhecidas com descendentes que vieram do Acará pela margem do rio, conferindo-lhe uma importância histórica especial. A rapidez relativa do processo de reconhecimento é atribuída a essa importância histórica e à clara conexão com suas raízes quilombolas.

No contexto do trabalho, essas respostas fornecem uma compreensão mais profunda de como as comunidades quilombolas iniciaram seu processo de reconhecimento e como percebem sua identidade quilombola. Esses relatos destacam a importância das narrativas históricas, da colaboração com instituições e do apoio de lideranças locais e agentes públicos no fortalecimento da identidade e na busca pelo reconhecimento. Isso, por sua vez, ajuda a contextualizar a relação entre as comunidades e o Estado em relação ao reconhecimento quilombola e à preservação de sua cultura e história.

Embora as comunidades tenham buscado o reconhecimento quilombola, isso frequentemente envolveu alguma forma de interação com o Estado, seja por meio de agentes públicos, políticas públicas ou processos administrativos. Essa interação demonstra como o movimento quilombola, mesmo buscando autonomia, muitas vezes apresentou o papel interdependente destacado por Avritzer (2012) com o Estado para alcançar seus objetivos.

REALIZAÇÃO:



APOIO:



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



Os relatos também mostram como indivíduos locais, líderes comunitários e membros engajados (patriarcas e matriarcas) desempenham um papel essencial na mobilização e na busca pelo reconhecimento. Isso destaca a capacidade de ação autônoma das comunidades e a importância de lideranças comprometidas.

As respostas a seguir se referem a quantidade de famílias declaradas pela liderança quilombola que compõe as comunidades.

Itabocal Ponte:

“A comunidade possui umas 50 famílias na área principal e umas 10 famílias espalhadas pelo ramal.”

Tucumandeuá:

“A comunidade apresenta cerca de 130 famílias, sendo 95% de familiares das duas matriarcas, família Santos e família Matias, e cerca de 5% de pessoas que compraram terras e que agora estão integrados na comunidade.”

Forte do Castelo:

“hoje temos 200 sócios, divididos em 60 famílias.”

Os dados supracitados refletem a diversidade no tamanho e na estrutura das comunidades quilombolas, variando de comunidades menores, como Itabocal Ponte, a comunidades maiores, como Tucumandeuá e Forte do Castelo. Além disso, destacam a importância das relações familiares e das histórias de famílias específicas na formação e na coesão dessas comunidades. Esses insights sobre o tamanho e a composição das famílias são relevantes para entender a dinâmica social e demográfica das comunidades quilombolas.

A questão a seguir trata sobre as instituições que participaram e apoiaram o processo de reconhecimento quilombola pelas comunidades estudadas.

Itabocal Ponte:

“Primeiramente o movimento da liderança dos membros da associação foi o principal, depois a secretaria municipal de igualdade social, e pessoas de outros movimentos como o Rosivaldo, teve também a ajuda da Hydro que atua na área da comunidade, fez até um livro sobre a comunidade.”

Tucumandeuá:

“As entidades envolvidas no reconhecimento da comunidade foram a Secretaria de Política de Promoção de Igualdade Racial e a Fundação Cultural Palmares, a Hydro também participou, fez até um documentário sobre nós.

Incluindo também a que fora participante da Comunidade Quilombola do Itabocal Ponte, a senhor Willa Machado de Almeida que redigiu a Ata da comunidade”

Forte do Castelo:

REALIZAÇÃO:



APOIO:



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



“Prefeitura, câmara dos vereadores, fundação palmares e as comunidades do movimento social.”

As falas das lideranças das comunidades quilombolas de Itabocal Ponte e Tucumandeua apontam para uma dinâmica interessante nas instituições de apoio a busca pelo reconhecimento e no relacionamento com a empresa Hydro-Alunorte. Embora a Hydro-Alunorte tenha desempenhado um papel de apoio no processo de reconhecimento, é importante notar que essa empresa também explora recursos minerais nas áreas circundantes às comunidades, o que pode gerar impactos ambientais e levantar questões complexas de sustentabilidade e preservação do território quilombola.

As lideranças mencionam ainda que o movimento dos membros da associação foi fundamental para iniciar o processo de reconhecimento. Além disso, a Secretaria Municipal de Igualdade Social e pessoas de outros movimentos sociais, contribuíram para o esforço. É importante que as comunidades quilombolas mantenham um equilíbrio delicado entre buscar apoio para o reconhecimento de seus direitos e garantir a preservação de seu ambiente natural e cultural.

Na última pergunta direcionada às comunidades, abordamos o processo de reconhecimento quilombola sem o apoio das instituições previamente mencionadas. As respostas convergentes das três comunidades indicam que, sem o suporte dessas instituições, teria sido extremamente difícil alcançar o status de reconhecimento que detêm atualmente. Este ponto é fundamental para a nossa proposta de pesquisa, pois reforça a importância do Estado e do seu papel crucial no processo de reconhecimento das comunidades quilombolas. Contudo, é relevante ressaltar que o movimento social quilombola também se destaca por sua autonomia e capacidade de organização.

As instituições mencionadas, como a Secretaria Municipal de Igualdade Social, a Secretaria de Política de Promoção de Igualdade Racial e a Fundação Cultural Palmares, desempenharam um papel significativo ao fornecer recursos, apoio técnico e respaldo institucional para as comunidades. Isso permitiu que as comunidades se engajassem de forma mais eficaz no processo de reconhecimento. Dessa forma, evidencia-se a interdependência entre as comunidades quilombolas e o Estado, demonstrando que, embora o movimento busque a autonomia, o apoio estatal desempenha um papel crucial na consecução dos objetivos.

É importante destacar que, apesar da relevância do apoio institucional, as comunidades quilombolas também demonstram sua capacidade de ação autônoma e organização interna. Isso é evidenciado pela mobilização das lideranças locais e pela colaboração entre membros da comunidade, fatores que contribuíram para o sucesso no processo de reconhecimento.

REALIZAÇÃO:



UNAMA

APOIO:



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



como elementos essenciais na descrição do movimento quilombola e na busca pelo reconhecimento de suas identidades e territórios.

Em primeiro lugar, a palavra "comunidade" se destaca na nuvem de palavras. Isso enfatiza a centralidade da comunidade quilombola nas falas das lideranças, indicando um forte senso de identidade coletiva e pertencimento. A comunidade é o cerne em torno do qual gira todo o movimento e esforço para o reconhecimento.

O termo "reconhecimento" também se faz proeminente na nuvem de palavras, o que reflete a importância crucial desse processo nas comunidades quilombolas. O reconhecimento oficial é visto como uma etapa fundamental para a proteção dos direitos territoriais, culturais e sociais dessas comunidades.

A presença da palavra "família" é relevante, destacando a importância das conexões familiares nas comunidades quilombolas. As lideranças enfatizam a relevância das histórias de famílias específicas, o que evidencia a tradição e a herança cultural transmitida de geração em geração.

A palavra "associação" indica a importância das organizações locais e da participação ativa nas associações quilombolas e no movimento em si. Isso sugere que as comunidades estão envolvidas de maneira coletiva e organizada na busca de seus objetivos.

A referência a "Palmares" na nuvem de palavras ressalta a conexão com a Fundação Cultural Palmares, uma instituição governamental relevante para o processo de reconhecimento das comunidades quilombolas no Brasil.

Por fim, a palavra "matriarcas" destaca o papel das lideranças femininas nas comunidades quilombolas, um elemento fundamental que reflete a literatura existente sobre a forte presença e influência das mulheres nas comunidades quilombolas.

Essa análise da nuvem de palavras não apenas confirma os temas discutidos nas entrevistas com as lideranças, mas também ressalta a complexidade e a riqueza das narrativas quilombolas. Ela enfatiza a importância da comunidade, do reconhecimento, das conexões familiares, da organização em associações e da atuação feminina no contexto do movimento quilombola, tudo isso dentro do cenário institucional brasileiro, representado pela referência a "Palmares". Esses termos mais frequentes fornecem uma visão abrangente das prioridades e desafios enfrentados pelas comunidades quilombolas em sua luta por direitos e preservação cultural.

Quanto as correlações dentre as falas, a figura a seguir apresenta a relação expressa por meio de uma análise gráfica.

REALIZAÇÃO:



UNAMA

APOIO:



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ



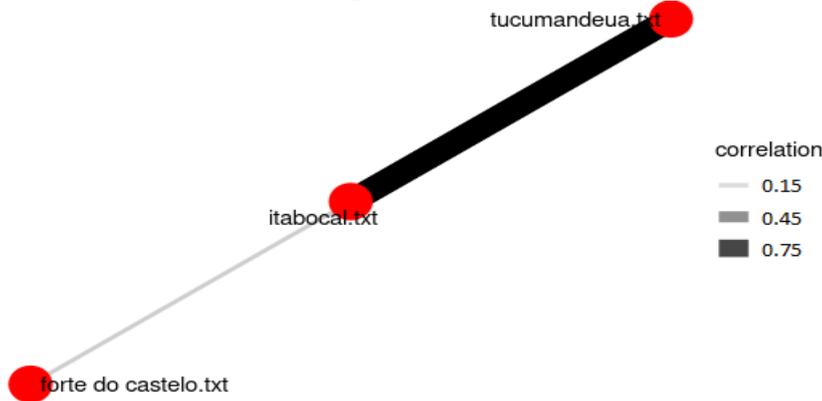


UNAMA
APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



Figura 4 – Correlação entre as falas.



Fonte: Autores (2023).

Ao analisar os dados apresentados, torna-se evidente uma correlação mais significativa entre as declarações das lideranças de Itabocal Ponte e Tucumandeu, em contraste com uma conexão menos pronunciada com o discurso da liderança do Forte do Castelo. Essa divergência pode ser compreendida, em parte, devido ao fato de que essas comunidades representam diferentes períodos históricos de reconhecimento quilombola, com o Forte do Castelo sendo a primeira comunidade a ser certificada em 2011, juntamente com a comunidade São Pedro. Vale ressaltar que, de acordo com a liderança do Forte do Castelo, a ocupação quilombola do território ocorreu inicialmente na comunidade São Pedro e, posteriormente, na comunidade Forte do Castelo.

Essa diferença temporal na certificação e na ocupação das comunidades pode explicar a dissimilaridade nas narrativas. O Forte do Castelo, como pioneiro no processo de reconhecimento, pode ter enfrentado desafios e circunstâncias únicas que não estão presentes nas comunidades mais recentemente certificadas, como Itabocal Ponte e Tucumandeu. Além disso, a liderança do Forte do Castelo faz referência ao início da ocupação quilombola na comunidade São Pedro, o que também pode influenciar a ênfase dada em sua narrativa.

Portanto, essa disparidade entre as declarações das lideranças destaca a importância de considerar o contexto histórico e as circunstâncias individuais de cada comunidade ao analisar suas narrativas. Ela também sugere a necessidade de explorar mais a fundo as nuances das experiências das diferentes comunidades quilombolas em suas jornadas de reconhecimento e preservação cultural.

REALIZAÇÃO:



UNAMA

APOIO:



GOVERNO DO ESTADO DO PARA





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



6. CONCLUSÃO

Ao longo desta pesquisa, se propôs compreender o processo de reconhecimento quilombola nas comunidades de Itabocal Ponte, Tucumandeuá e Forte do Castelo, localizadas no município de Tomé-Açu/PA. Através de entrevistas com as lideranças dessas comunidades, o objetivo foi o de identificar o processo de tomada de decisão, os atores envolvidos, as instituições participantes e o papel do Estado nesse processo.

Ao analisar as respostas e narrativas das lideranças, fica evidente o cumprimento do objetivo de forma abrangente. As entrevistas forneceram *insights* valiosos sobre o processo de reconhecimento quilombola nessas comunidades específicas, destacando a interdependência entre as comunidades e o Estado, bem como a autonomia e organização interna das comunidades. Além disso, as conexões familiares e a importância das lideranças femininas emergiram como temas relevantes.

A análise das entrevistas também permitiu a identificação dos atores-chave envolvidos, como as instituições governamentais do município de Tomé-Açu, a Fundação Cultural Palmares dentre outras instituições. Isso ressaltou a relevância do apoio institucional no processo de reconhecimento das comunidades quilombolas.

A inclusão de dados sobre as famílias e o contexto geográfico das comunidades, como suas localizações e acessibilidade, enriqueceu ainda mais a compreensão do processo de reconhecimento.

Portanto, a pesquisa contribuiu para a compreensão do processo de reconhecimento quilombola em contextos específicos, demonstrando a interação entre as comunidades quilombolas e o Estado, bem como a capacidade de ação autônoma e organização interna das comunidades. As entrevistas proporcionaram uma visão detalhada das experiências e desafios enfrentados pelas comunidades de Itabocal Ponte, Tucumandeuá e Forte do Castelo em sua busca por reconhecimento, autonomia e preservação de sua cultura. Dessa forma, atingiu-se objetivo de forma eficaz ao fornecer uma análise abrangente e contextualizada dessas dinâmicas.

Para futuras pesquisas, sugere-se a replicação das entrevistas realizadas com todas as comunidades já tituladas, bem como com aquelas que atualmente estão em processo de titulação. Esse enfoque abrangente permitiria uma compreensão mais abrangente da realidade das comunidades quilombolas em Tomé-Açu, fornecendo informações valiosas sobre o processo de reconhecimento quilombola em uma perspectiva macro.

REALIZAÇÃO:



UNAMA

APOIO:



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



REFERENCIAS

- Adorno, S. (2003). *Os Quilombos e as Novas Formas de Reivindicação de Direitos*. São Paulo: Editora Hucitec.
- Alves, L. M., Mendes, P. G., & Carvalho, M. V. (2017). A Atuação do Poder Público nas Políticas de Educação nas Comunidades Quilombolas do Brasil. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 12(4), 1830-1846.
- Avritzer, L. (2012). Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. *Opinião Pública*, 18(2), 383-398.
- Carvalho, J. D. L., Lino, Y. C. de S. M., & Santos, T. L. dos. (2020). IDENTIDADE ÉTNICA, AUTOGOVERNANÇA E ATIVOS BIOLÓGICOS: UM OLHAR A PARTIR DA EXPERIÊNCIA EM UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA. *Movendo Ideias*, 25(1), 97. <https://doi.org/10.17648/movideias-v25n1-1884>
- Costa, J. P., & Almeida, L. S. (2023). Abordagens tradicionais e contemporâneas na tomada de decisão em territórios quilombolas: Um estudo no Quilombo Tucumandeuá. *Revista de Estudos Culturais*, 15-30.
- de Lima Carvalho, J., Lima dos Santos, T., DE SANTANA MARTINS LINO FERREIRA, Y. C., Farias Sato, G. M., & Vasconcellos Sobrinho, M. (2019). A TEORIA DOS PROSPECTOS E O EFEITO FRAMING, E A SUA APLCAÇÃO NO PROCESSO DECISÓRIO, O CASO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA RAMAL DO CASTELO. *Revista UNEMAT de Contabilidade*, 8(15), 90-109. <https://doi.org/10.30681/ruc.v8i15.3384>
- de Lima Carvalho, J., & Brasileiro, T. S. A. (2022). Transparency as a Tool in Building Efficient Public Institutions: A Bibliometric Study. *International Journal of Advanced Engineering Research and Science*, 9, 4.
- Ferreira, Y. C. de S. M. L. (2018). *Da base comum de recursos a ativos comuns: a autogestão em territórios quilombolas*. Tese (Doutorado) - Universidade da Amazônia, Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão, Programa de Doutorado em Administração, Belém.
- Fonseca, C. M. C. (2018). Políticas Públicas e Quilombolas: Desafios para a Efetivação do Direito à Terra e à Cidadania. *Revista Fronteiras - Estudos Midiáticos*, 20(1), 19-33.
- Gil, A. C. (2017). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. Editora Atlas.

REALIZAÇÃO:



APOIO:





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



- Lavalle, a. G. & Szwako, j. Sociedade civil, Estado e autonomia: argumentos, contra-argumentos e avanços no debate. *Opinião Pública*, v. 21, n. 1, p. 157-187, 2015.
- Medeiros, R. C. (2007). Quilombolas: O Reconhecimento dos Direitos Étnicos e Territoriais. *Desenvolvimento Sustentável em Debate*, 5(1), 71-88.
- Munanga, K. (1996). *Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil*. São Paulo: Editora Anita Garibaldi.
- Nascimento, B. (1976). *Candomblé e Igreja Católica: Conflito e Tolerância*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- Oliveira, A. A. de. (2015). Quilombolas e Políticas Públicas no Brasil: Entre Reconhecimento e Vulnerabilidade. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, 9(1), 127-145.
- Santos, S. R. dos. (2012). *Os Quilombos no Brasil: Questões Conceituais e Normativas*. Editora CRV.
- Santos, A. L., Oliveira, J. F., & Gomes, R. S. (2019). Quilombos, Terras e Justiça no Brasil: Um Estudo sobre o Caso do Quilombo Rio dos Macacos. *Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM*, 14(3), 268-289.
- Santos, M. F., & Souza, R. A. (2022). Decisões individuais e coletivas na gestão do território de comunidades quilombolas: Uma análise comparativa. *Cadernos de Estudos Sociais*, 45(2), 129-143.
- Silva, R. G., Gomes, L. B., & Garcia, R. S. (2018). Quilombolas e o Direito à Terra: Análise dos Processos de Titulação no Estado do Pará. *Revista GeoPantanal*, 14(27), 203-227.
- Silva, M. O., Santos, M. V., & Dantas, L. G. (2020). Conflitos Fundiários em Terras Quilombolas: O Caso do Quilombo Rio dos Macacos, Bahia. *Revista Geonorte*, 9(35), 121-139.
- Silva, a. B., Santos, c. D., & Oliveira, e. F. (2021). Tomada de decisão e gestão territorial em comunidades quilombolas: Um estudo de caso no Quilombo Tucumandeuá. *Revista de Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 62-75.
- Silveira, F. R., Silva, R. A., & Guedes, F. G. (2020). A Política de Regularização Fundiária de Terras Quilombolas no Brasil: Avanços e Desafios. *Revista Direitos Humanos e Democracia*, 8(15), 163-189.

REALIZAÇÃO:



UNAMA

APOIO:



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



Souza, A. P. de. (2019). Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas: Avanços e Desafios na Garantia de Direitos. *Revista Interdisciplinar em Desenvolvimento Humano e Sociedade*, 5(2), 120-136.

Sousa, M. E. G., Moreira, T. P., Carvalho, J. C., Aquime, R. H. S., Ferreira, Y. C. S. L., & Silva, E. P. (2023). Gestão Social do Território Como Um Ativo Comum: Um Estudo de Caso na Comunidade Quilombola Itabocal Ponte. *Anais do XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social – ENAPEGS*, 12, 1-14.

REALIZAÇÃO:



APOIO:

FUNDO DE FINANCIAMENTO DE PESQUISA DE ESTUDOS E PROJEÇÕES



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

